



# Anais da Assembléia

N.89

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 73.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1986.  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Ivan Gubert e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Lossó, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (35). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Fiori Luiz, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edilson Alencar, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Paulo Furiatti, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Wilson Fortes (23).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que estão participando do estágio "Legislativo Simulado". As nossas boas-vindas aos alunos que assistem a nossa sessão.

A seguir, convido o Senhor 2.<sup>o</sup> Secretário a ler a ata da sessão anterior.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está em discussão a ata que acaba de ser

lida.

Em votação.

Não havendo quem queira impugná-la, declaro-a aprovada.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Apenas para dizer da minha satisfação pela presença dos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná e para que se registre nos Anais da Casa que, ontem, por indicação da Presidência desta Casa (Deputado Antônio Annibelli), tive a honra de participar da reunião que eles têm no curso que estão tendo aqui no Poder Legislativo, falando a estes alunos sobre o papel do Poder Legislativo no Estado do Paraná e o funcionamento deste Poder. E encontrei, por parte destes alunos, a mais elevada receptividade, o mais elevado interesse em compreender todo o processo legislativo que nós temos nesta Casa do Povo.

Apenas este registro, Senhor Presidente, é muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa tomará por termo o conteúdo da solicitação do Deputado Adhail Sprenger Passos.

Convido o Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário para ler o expediente que está sobre a mesa.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n. 108/85, que declara de utilidade pública o Centro Monte Horebe.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do PROFESSOR JOSÉ PASCOAL DE PAULA, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) DONATO GULIN - Líder do PL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do SR. HÉLCIO AJUS, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) DONATO GULIN - Líder do PL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor PEDRO GURGACZ, ocorrido sábado passado, dia 23 do corrente.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Pedro Gurgacz foi um dos pioneiros da colonização da cidade de Cascavel, nela plantando, com seu trabalho, seu denodo e sua abnegação, as bases que possibilitaram o rápido desenvolvimento da cidade. Patriarca de numerosa família, lega a seus descendentes uma vida íntegra e honrada, exemplo a ser seguido. Admirado por tantos quantos tiveram a felicidade de com ele conviver, Pedro Gurgacz deixa uma lacuna difícil de ser preenchida, merecendo por todos os motivos a homenagem póstuma que lhe presta esta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações dirigidos à Rádio Goioerê pela passagem de seu 23.º aniversário de existência, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Oripe Carrião, Digníssimo Diretor-Responsável.

Neste mês, recentemente, Goioerê comemorou seu 31.º aniversário de emancipação política e administrativa, em meio a uma série de eventos, enaltecendo o pioneirismo dos desbravadores nos tempos de dificuldades; e o progresso atualmente alcançado.

Sem nenhuma dúvida, dos inúmeros fatores que servem hoje como sustentáculo do processo desenvolvimentista daquela cidade, destaca-se a presença marcante da Rádio Goioerê. Ao longo de mais de duas décadas, foi sempre um verdadeiro instrumen-

to da divulgação das potencialidades da rica região. Não limitou-se somente em seu registro dos acontecimentos, mas, acima de tudo, tornou-se, de modo notável, porta-voz de todas as iniciativas que objetivassem o engrandecimento ainda maior de Goioerê.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, neste momento, deixar de congratular-me com a vigorosa emissora de rádio-difusão de Goioerê, oportunidade que solicito seja dado ciência deste Requerimento aos demais funcionários da rádio.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Cultura e Esportes, solicitando informações quanto ao contido no Protocolado sob n.58.881, de 23.04.86, com referência a homenagem ao Deputado Constituinte ALFREDO PINHEIRO JÚNIOR, autor de disposição constitucional no sentido de que fosse construído um teatro oficial nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor a Senhora MARIA DO CARMO CAVALCANTI FORTES, filha do Deputado Tenório Cavalcanti, pelo lançamento do livro "Tenório - O Homem e o Mito".

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Ao escrever este livro, Maria do Carmo Cavalcanti Fortes, presta um depoimento, na condição de filha, que com toda justiça elimina da história de Tenório Cavalcanti os exageros, bem como supre determinadas omissões, mostrando uma face desconhecida da grande maioria do público: a do homem sensível, político identificado com a causa popular, nacionalista convicto e um ser que dedicou sua vida aos menos favorecidos pela sorte.

Assim sendo, pelo esclarecimento que, em última instância, redundará em um maior conhecimento da história política deste País, é que prestamos a autora esta homenagem.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudades ao inesquecível Presidente GETÚLIO DORNELES VARGAS pela passagem do 32.<sup>o</sup> aniversário de seu falecimento.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família Vargas, por intermédio do Senhor Senador ERNANI DO AMARAL PEIXOTO, Senado Federal - Brasília.

Sala das Sessões, em 27.08.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

O povo brasileiro lembra com muita emoção o Presidente GETÚLIO VARGAS. Há trinta e dois anos o choro e o espanto tomavam conta de todo o País, com a surpreendente notícia de que o grande brasileiro havia se suicidado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede do Governo até a construção de Brasília, sete anos após.

Era uma manhã fria, 24 de agosto de 1954, chegava ao fim uma vida brilhante, que comandou o Brasil durante quinze anos, como ditador, voltando para mais quatro anos eleito pelo voto popular. Getúlio Vargas, pioneiro das leis trabalhistas, criador do Código de Minas, Código das Águas, Petrobrás, Volta Redonda, entre tantos outros, saía para entrar na história, como ele muito bem escrevera na carta testamento, momentos antes de tomar o ato final. Nascido em São Borja (Rio Grande do Sul) a 19 de abril de 1883, abraçara a vida política tão intensamente que o seu governo estendeu-se como o mais longo da República.

Toda a existência de Getúlio Vargas foi vivida sob o selo da grandeza: grandes dedicações, grandes ódios, grandes acertos e grandes erros. Nada é pequeno nele. Ao se falar do menino de São Borja, que atingiu as culminâncias deste País, tem-se de julgá-lo fora dos padrões comuns, abstrair simpatias ou malquerenças e encará-lo como algo de excepcional, como símbolo duma era que, se não foi das mais brilhantes historicamente, permitiu pelo menos a adoção no Brasil de práticas sociais e a passagem do capitalismo liberal para o estágio em que é controlado e vigiado pelo Estado, em benefício do bem comum.

## O BERÇO

São Borja, como diz André Carrazoni, ou São Francisco de Borja, que é o nome completo, constituiu um dos Sete Povos das Missões Jesuíticas. Por causa da rusticidade de sua origem e por situar-se perto da fronteira, há em toda ela um traço de fortaleza interiorana, uma fisionomia em

que a melancolia e a severidade se mesclam.

Em 1880, já passada de vila a cidade, São Borja, edificada em terreno elevado que avança para o Rio Uruguai, contava, dentre as numerosas casas, com uma de aparência melhorada, residência do Cel. Manoel do Nascimento Vargas, fazendeiro, homem de influência, ligado pelo casamento a outra família tradicional do lugar, os Dorneles. Voluntário na Guerra do Paraguai, Manoel conquistara pela bravura, os galões de oficial. E partira simples soldado... Aos 25 anos, regressando, ileso, dos 21 combates e mil enteveros, passou a comprar gado, percorrendo a rota de São Borja, Itaqui, Santiago do Boqueirão e São Luís, resolvendo casar-se, o fez com Dona Cândida Dorneles. Nasceram Viriato e Protásio, precedendo no dia 18 de abril de 1883, em que Getúlio veio ao mundo para começar sua longa caminhada.

A infância de Getúlio decorreu em São Borja e na fazenda "Triunfo", que era a propriedade da família. Entregue aos livros, tornou-se concentrado e sério. Gostava de ouvir conversa de gente grande, já aos sete anos. Pinheiro Machado, o grande caudilho, deslumbrou-o muitas vezes. E foi profético, ao reparar na atenção do menino: "Vargas, esse menino irá longe: quem sabe se aqui não estará um dos futuros chefes da República que tanto nos preocupa?".

Com o furor da Revolução Federalista, o Cel. Manoel do Nascimento Vargas resolveu não ficar indiferente. E empenhou-se nela com tal denodo que Floriano Peixoto concedeu-lhe a patente de general-de-exército.

Getúlio criou-se nesse mundo, a dois passos da fronteira argentina, sob a inspiração das histórias dos caudilhos e da barbárie de uma guerra fratricida, que chegara a atingir sua própria família: o tio, Dinarte Dorneles, "maragato", batera-se contra o pai, que defendia a causa dos "chimangos". Aos 12 anos, como recorda, ainda, Carrazoni - um dos biógrafos de Getúlio - "a manhã de seu pequeno universo, banhada de luz e som, já não lhe parecia tão bela".

## A EDUCAÇÃO

Getúlio Vargas fez seus estudos primários no colégio particular do Prof. Fabriciano Júlio Braga e já aí revelava qualidades de liderança e de força de vontade. Certa vez não quis ir à aula. Pediu-lhe, o pai, explicações, tendo o menino respondido, contrariado: "Não há colégio hoje". Voltou o pai: "Como não há, se hoje é dia útil?". E Getúlio: "É porque eu decidi que não houvesse..."

Acompanhando os irmãos mais velhos,

Getúlio foi estudar em Ouro Preto e ali vestiu suas primeiras calças compridas. Mas a permanência foi rápida. Regressou a São Borja e já o vemos, em 1898, como praça do 6.º Batalhão de Infantaria, ali sediado, cumprindo a promessa que fizera a si mesmo, em menino, de se tornar soldado. Em 1899, já era 2.º Sargento. O ambiente militar, porém, numa época em que o exército não tinha suficiente formação profissional, decepcionou-o. Nesse mesmo ano, autorizado pelo Ministro da Guerra, ingressou na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, primeiro degrau do oficialato. Lembra-se dele, à época, "que já repelia o excessivo, sem excesso. Possuía o senso da medida, o gosto da proporção, com o desprezo equivalente da ênfase, da exuberância e da ostentação".

Foi nessa escola que se deu um fato que privaria o Brasil de mais um soldado, dando-lhe, em contrapartida, um político. Findara o primeiro ano; Getúlio, com notas altas, já cursava o segundo. Em determinado dia, o Capitão Marco Antônio Teles Ferreira, oficial muito antipatizado pelos alunos, observou que alguns cadetes haviam respondido a chamada por outros colegas, então ausentes. Ficou já aí de mau humor. Mais tarde, faltando água, os alunos reclamaram em altas vozes. A paciência do oficial-do-dia acabou. A uma comissão de alguns que fora reclamar-lhe providências, recebeu mal, tendo o porta-voz ainda levado um empurrão do superior, que o chamou de cínico. O cadete não se conteve e disse: "Cínico é você, bandido!"

Houve inquérito e puniram-se os responsáveis. A 15 de maio de 1902, o comandante da escola determinou o desligamento de vários envolvidos.

Embora não tendo participado dos incidentes, o cadete Getúlio decidiu solidarizar-se com os companheiros, o mesmo fazendo outros colegas seus. E no dia seguinte, em nova portaria, desligava-se o rapazinho de São Borja. Mas, por força de lei, teria de cumprir o restante do tempo de serviço, em corpo de tropa. Designado para servir em Porto Alegre, como simples praça do 25.º Batalhão de Infantaria, Vargas decidiu aproveitar os períodos de folga para estudar Direito, matriculando-se na faculdade como aluno ouvinte.

Uma anistia geral permitiu a volta dos que haviam sido desligados da Escola do Rio Pardo. Getúlio não queria saber mais da vida militar. Mas o agravamento da questão do Acre e a possibilidade de uma guerra com a Bolívia levaram-no a mudar de idéia. Resolveu impedir o andamento do seu pedido de baixa e seguiu com o próprio 25.º para Corumbá, no Mato Grosso, para ficar na expectativa de defender nossas fronteiras. Já novamente como sargento,

presenciou escoarem-se os dias. Rio Branco, com sua diplomacia hábil e patriótica, evitou a guerra. E assim Getúlio deixou de celebrar-se na arte militar como o pai; o Tratado de Petrópolis o impediu...

#### VIDA DE ACADÊMICO

Desligado do Exército aos vinte anos, Vargas voltou à Faculdade de Direito de Porto Alegre, indo morar na "República Infernal" ou "Pensão do Seu Medeiros", na Rua Riachuelo, onde se tornou íntimo amigo de Firmino Paim Filho e Leonardo Truda, entre outros. Sua vida aí se resumia no indefectível chimarrão, manhã cedo, no ouvir contar anedotas e escrever e ler até ir para a aula, percorrendo, também, os "sebos" de Porto Alegre, à procura de livros raros. Em 1905, Getúlio conheceu outro estudante de Direito, que viria a ser sucessivamente, seu grande amigo e inimigo: João Neves da Fontoura. Ambos tinham alguma coisa em comum, inclusive a estatura, o que levou o alfaiate de Getúlio a dizer que ambos poderiam usar as mesmas roupas. E completou: "Os temperamentos é que diferem..."

Em 1906, Porto Alegre foi visitada por Afonso Pena. Getúlio, já reconhecido como orador, recebeu a incumbência de saudá-lo e o fez, lendo o discurso, o que era raro, pois nessa época gostava do improvisado. Marcou época. E já dizia aí, como menciona Queiroz Júnior em suas "Memórias sobre Getúlio": "Quem encarar o progresso humano, poderá compará-lo a uma curva inflexível em cujos extremos se acham polarizadas as duas forças opostas, ambas perturbadoras do desenvolvimento normal da sociedade: os conservadores e os revolucionários..."

No ano seguinte, agitou-se todo o Rio Grande com a campanha sucessória, que se constituiria no único interregno do longo reinado de Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos na Presidência do Rio Grande do Sul e do Partido Republicano local. Barbosa Gonçalves era o candidato "chimanguista" e o preferido da turma da República. Para entrar na campanha, resolveram os estudantes fundar um jornal, que tomou o nome de "O Debate", sendo Getúlio um dos redatores. Era em grande formato, imitando em tudo o "Jornal do Comércio" da época. De quando em vez, Vargas escrevia o artigo de fundo, em que insinuava a necessidade e nova ordem no campo político. Escreveu o jovem acadêmico também na revista "Panthum", fundada por João Neves, titulando seu artigo sobre Emile Zola com o lema político que seria adotado na sua carreira política: "Renovar-se ou Perecer".

A 25 de novembro de 1907, o candidato republicano venceu as eleições. E Getúlio pode dedicar-se aos estudos com mais in-

tensidade para cuidar da formatura. Bacharel aos 24 anos, voltou para São Borja, abstando-se aí das lutas forenses. No outono de 1908 foi nomeado promotor público da comarca de Porto Alegre.

#### O VARGAS HUMANO

Empossara-se Getúlio Vargas no cargo de promotor quando, pouco depois, um se-resteiro suburbano de Porto Alegre agrediu, alta noite, um operário que voltava para casa. Revidando, o trabalhador feriu-o com um formão, um dos seus instrumentos de serviço, sendo por isso conduzido ao júri. Mas o promotor pediu a sua absolvição.

Vargas fartou-se de requisitórios. No mesmo ano solicitou exoneração.

Aos 27 anos de idade, em 1909, Getúlio Vargas estava inscrito na chapa dos deputados à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Eleito, preparou-se para novas responsabilidades: casar-se. Mas sua eleita, Darcy Sarmanho, de apenas 14 anos, filha de um alto comerciante de São Borja, era muito nova, razão pela qual Vargas esperou mais um ano até que a linda moça de longos cabelos castanhos completasse quinze anos e se tornasse a sua mulher.

#### A RENÚNCIA

Poucas vezes indo à tribuna, mas atuando eficazmente nas comissões, não é de admirar que Vargas fosse reconduzido à Assembléia nas eleições seguintes. Mas, para ser coerente e em solidariedade a dois colegas que haviam renunciado ao mandato, ele também o fez, para não beneficiar-se dos afastamentos dos colegas: "Nem de leve tinha se exposto a qualquer censura formal, mas se prevenia contra a mais imperceptível murmuração. Como a moral do homem privado, a do homem público seria inexpugnável" - comenta um biógrafo.

Regressando de Porto Alegre, após a renúncia, Vargas não ficou indiferente ao quadro político. Seu escritório de advogado era a sala onde os correligionários iam buscar orientação sobre seus problemas. A fazenda "Santos Reis" abrigou muitos dos seus sócios, participando ele das fainas típicas da terra gauchesca. Jogava algumas vezes bilhar no "Elite Clube" de sua cidade e muitas vezes conversou com crianças nos bancos da Praça 15 de Novembro, de São Borja. Viveu quatro anos de experiência, assim.

A cidade de Vargas leva-lo-ia, mais uma vez, à Assembléia dos Representantes. Para desta vez não haver mais afastamento da política, que seria a companheira, fiel e infiel, até à morte. Logo que assumiu a cadeira, foi indicado por Borges de Medeiros para ser o líder da maioria republica-

na. Em 1922, o Partido Republicano escolheu-o para preencher uma vaga na Câmara Federal e, como sintoma da época, valendo-se os republicanos dos vícios e fraudes eleitorais, foi facilmente eleito.

#### A REVOLTA DOS LIBERTADORES

Quando Borges de Medeiros, contrariando a expectativa de seus próprios partidários, escolheu-se a si mesmo para disputar pela quinta vez a Presidência do Estado, os ânimos federalistas esquentaram-se novamente, como em 1893. Chefiados por Assis Brasil, que alegou inclusive fraude na apuração dos votos (Vargas fazia parte da comissão), os antigos "maragatos" levantaram-se em armas por todo o Estado, mergulhando-o novamente em sangue. Getúlio não deixou de armar um grupo de homens de São Borja para ir socorrer seu amigo Osvaldo Aranha, sitiado pelos revolucionários. Mas a meio caminho da luta, seu concurso foi julgado mais importante na Câmara Federal, onde Borges precisava de seu talento de líder e de hábil articulador.

Interessante: para acentuar a mutação dos procedimentos e atuações, quando houve a Revolta de Isidoro, em São Paulo, no ano seguinte (1924), Getúlio condenou-a da tribuna, acremente, censurando-lhe os chefes... Em 1930, seu pensamento se inclinaria noutra direção.

#### MINISTRO DA FAZENDA

Em menos de dois anos de atuação, Vargas adquiriu a admiração e o respeito de seu pares. Sua atuação primava pela firmeza, numa tolerância consciente; pela cultura sólida - aperfeiçoada através da leitura constante - que lhe reforçava os argumentos; e pela lhanza de trato que lhe trazia simpatia e o afastamento pessoal dos ódios naquele mar de paixões em eferescência. Ao contrário das rixas personalistas que envolviam, por exemplo, os adversários Flores da Cunha e Batista Luzardo, em que o plenário da Câmara virava um torvelinho ininteligível, os discursos de Vargas, pronunciados com segurança, ativez e conhecimento, eram ouvidos e respeitados sem apartes. Dir-se-ia que sua figura estava por cima dos eventos e diferenças partidárias.

Não foi surpresa que Washington Luís, precisando dar uma Pasta ao Rio Grande do Sul para contentá-lo na partilha do bolo ministerial, viesse a indicar Vargas para a da Fazenda, afastando-o da liderança que, desde 1925, pertencia-lhe de direito e de fato.

#### GETÚLIO PRESIDENTE DO ESTADO

O ritmo ascensional de Getúlio Vargas não seria interrompido aí. Ministro da Fa-

zenda em novembro de 1926, em menos de um ano sucederia ao "Velho Borges" na presidência do seu estado natal. Como que prenunciando a importância de sua ascensão, sua posse foi concorridíssima. E, para surpresa geral inaugurou a política da conciliação naquele solo embebido de tanto sangue de irmãos. Quando os federalistas pensavam que Borges apenas fora substituído pelo afilhado despersonalizado, depararam com um homem de vontade férrea, que afastou o chefe republicano para uma função esvaziada de força, enquanto chamava para junto de si algumas figuras prestigiosas da ala jovem do seu partido, abrاندando, também, o clima político.

Com a sua posse esperanças-se os gaúchos para conseguir pela primeira vez a Presidência da República, até então feudo do eixo Minas-São Paulo. Pacificado o Estado, começou a administração, que não deixou de ser brilhante, com a fundação de bancos, escolas, estímulos à produção e desenvolvimento das vias férreas.

#### VARGAS, PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Formada a Aliança Liberal, composta pelas situações dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, para se opor à política do "café com leite", da qual São Paulo, com a indicação de Júlio Prestes, outro paulista, se divorciara, Getúlio Vargas e João Pessoa compuseram a chapa que enfrentaria o situacionismo federal. Todavia, as alterações da ordem na Paraíba provocaram o assassinato de João Pessoa, dando-se a esse crime uma coloração política inflamadora de ânimos revolucionários, embora originalmente não o tivesse sido.

Vitorioso Júlio Prestes, como se previa, Vargas, Antônio Carlos e Osvaldo Aranha reforçaram o aliciamento de revolucionários, conseguindo subtrair alguns da influência de Luís Carlos Prestes, à época tentado pelo canto de sereia comunista. A revolução começou a 3 de outubro e findou com o golpe de 24 do mesmo mês, quando uma junta militar depôs, no Rio de Janeiro, a Washington Luís guardando o poder "para o candidato esbulhado nas urnas", ou seja, Vargas.

Iniciado o governo revolucionário, logo as preocupações se voltaram para São Paulo, onde João Alberto, bravo revolucionário, não contentava a ninguém como interventor. Acentuaram-se os pruridos constitucionalistas, ao mesmo tempo em que ascendiam ao poder os "tenentes", que desejavam um tempo maior de ação revolucionária, a fim de endireitar o País.

#### A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

A primeira dificuldade realmente séria do governo Provisório Getúlio Vargas foi a

Revolução Paulista, deflagrada "para apressar a reconstitucionalização do Brasil", segundo seus organizadores, e tachada de "reacionária" pelos adversários. Sustentaram os paulistas, durante três meses, a luta desigual e acabaram por aceitar a trégua proposta por Vargas. Diz-se que foi aí que Vargas, pela primeira vez, pensou em suicidar-se, deixando um manifesto à Nação. De uma forma ou de outra, serviu a revolução para o aprazamento da data de 03 de maio de 1933 para a realização das eleições. A Assembléia Constituinte reuniu-se e a 16 de outubro de 1934, promulgava a nova Constituição Federal, sendo eleito ainda Getúlio Vargas para exercer a presidência até 1938.

#### A REVOLTA COMUNISTA

Muitos dos revolucionários de 1922 a 1930 desiludiram-se dos rumos da Revolução e seguiram Prestes no desvio à esquerda. Valendo-se da aliança Nacional Libertadora, organizada como dique à expansão do integralismo, que à época galvanizava as Forças Armadas, sob a direção de Plínio Salgado, os comunistas organizaram um movimento de âmbito nacional para fazer ingressar o País nos rumos marxistas-leninistas. Na segunda quinzena de novembro, a insurreição estourou no Rio Grande do Norte, onde teve sucesso por algum tempo, estendendo-se, depois, a Pernambuco - onde morreram 720 revolucionários, só no centro de Recife - e ao próprio Distrito Federal, com os levantes do 3.º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação. Mas a ação de Vargas foi rápida e se diz até que tudo foi preparado subrepticamente por ele, para esmagar a esquerda.

A consequência da Revolta Comunista foi que o "estado de guerra" estabeleceu-se no País, precedendo à ditadura.

A 10 de novembro de 1937, o Brasil mergulhava no Estado novo, "no regime síntese das aspirações nacionais", ingressando Getúlio, ao mesmo tempo, num novo estágio de poder, que, inicialmente, acompanhando a maré mundial, voltou-se para um velado apoio ao fascismo. Porém, os integralistas, que tinham ajudado a estabelecer a ditadura, foram surpreendidos com o fechamento de todas as agremiações políticas, inclusive a sua, decidindo, por isso, reagir ao sufocamento que lhes era imposto pela tática varguista. Desferiram um ataque ao Palácio Guanabara, a 11 de maio de 1938, juntamente com ações combinadas no centro da cidade, para interromper as comunicações, mas a revolta falhou por falta de apoio de elementos comprometidos. Seria essa a última reação a Getúlio até o final da Segunda Guerra Mundial.

A decisão inicial de Vargas, de conservar-se neutro diante do conflito mundial, mudou de curso quando submarinos germânicos afundaram navios e mataram centenas de brasileiros. O Brasil entrou na guerra e as preocupações internas foram sobrelevadas, por três anos, pelas maiores da escala internacional. Quando, porém, a Força Expedicionária Brasileira regressou dos campos da Itália, coberta de glórias, a ânsia pela queda da ditadura cresceu de intensidade. Vargas, arguto, sentiu que o regime não duraria muito tempo. Consentiu em que se marcassem as eleições e ele próprio estimulou o General Eurico Gaspar Dutra para concorrer com o Brigadeiro Eduardo Gomes pelo direito ao seu lugar. Mas as oposições, reforçadas agora pelo vento da liberdade que corria o Mundo, gritaram que ele estava se mobilizando para o continuísmo.

A indicação do seu irmão, Benjamin Vargas para a Chefia de Polícia, de onde saíra o inatacável João Alberto Lins de Barros, precipitou a ação das Forças Armadas que, a 29 de outubro de 1945, o depuseram, assumindo o governo provisoriamente, o Ministro José Linhares do STF, que o passou às mãos de Dutra, eleito com o apoio de Vargas.

#### O EXÍLIO

Embora deposto pelos militares, que se esqueceram de cassar-lhe os direitos políticos, Vargas foi eleito senador por dois Estados e deputado por sete. Até 1950, permaneceu mais no Rio Grande do Sul, no exílio voluntário, onde o visitavam raros amigos. Um filho de um fazendeiro local, chamado João Belchior Marques Goulart, cativou-o com a presença constante numa época em que todos dele se afastavam. Começou a ligação de ambos nessa oportunidade.

Os políticos confundiram-se quando tiveram que eleger o sucessor de Dutra e o cetro voltou, finalmente, para Getúlio Vargas.

Mas, o homem que tomou as rédeas em 1951, depois de ter vencido o adversário tradicional de seu partido (Eduardo Gomes), era um homem diferente. Voltava mais gasto, mais sensível, mais solitário, porém desejoso de paz. A falta e contato freqüente com os políticos nacionais e a ingratidão de muitos deles haviam atuado fundo no coração daquele homem aparentemente frio. Sua preocupação, nessa época, voltava-se para o povo, como ele disse, pública e intimamente também.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, o encaminhamento de solicitação dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a revisão das instalações elétricas da Escola Estadual Polivalente - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Goioerê.

Tendo em vista o tempo que foram edificadas, as instalações da Escola Polivalente, tradicional e conceituado estabelecimento de ensino goioerense, apresentam alguns problemas dentre eles a parte elétrica, cujo estado leva até mesmo perigo a seus frequentadores.

Conforme proposta do Ilustríssimo Senhor Eronides Antônio dos Reis, Diretor do referido educandário, que esta Pasta adote medidas no intuito de resolver a situação.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor FRANCISCO DELIBERADOR NETTO, Diretor-Geral do DETRAN, solicitando a transferência para Telêmaco Borba, do atendimento feito por aquele Departamento ao Município de Ortigueira, que atualmente é realizado através do Município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a transferência para Telêmaco Borba, do atendimento feito pelo DETRAN ao Município de Ortigueira, pela menor distância entre essas duas cidades e pelo fato de que Ortigueira é distrito da Comarca de Telêmaco Borba, concentrando em apenas uma cidade, os trabalhos pelo Tribunal de Justiça e pelo Departamento de Trânsito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência, Senhor Presidente da República, solicitando envio de projeto de lei ao Congresso Nacional, no sentido de que sejam estendidas as vantagens da lei n. 1.782 de 24 de dezembro de 1952, aos Sub-Oficiais e Sargentos Especialistas da Aeronáutica.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) TRAJANO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Sob o aspecto do mérito, é indiscutível



vel o direito dos ex-Combatentes portadores da Cruz de Aviação, pois o pressuposto definidor dos direitos dos mesmos é a participação efetiva em operações bélicas.

A Lei n. 5.315, de 12 de setembro de 1967, artigo 1º, item "b", parágrafo 2º, inciso I, qualifica os agraciados com a Cruz de Aviação, como participantes efetivos em operações bélicas, bem como a Lei n. 7.454, de 10 de abril de 1945, artigo 3º, confere tal diploma aos membros das tripulações de aeronaves que tenham, com eficiência, dado desempenho a missões de guerra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores, Doutor: José Sarney, Presidente da República, Doutor Almir Pazzianotto, Ministro do Trabalho, Doutor Paulo Brossard, Ministro da Justiça e Líderes das Bancadas, com assento no Congresso Nacional, solicitando sejam determinadas providências de estudos urgentes pelos órgãos competentes da Justiça do Trabalho a fim de que as causas trabalhistas tenham maior agilidade na tramitação, evitando-se desta forma, a morosidade que vem ocorrendo na atualidade, quando os dissídios, aguardam anos por uma solução definitiva, ocasionando perdas irreparáveis para a sofrida classe trabalhadora.

É notória a acumulação dos processos trabalhistas em nossos Tribunais, sem que haja uma maior agilização na distribuição da Justiça, razão pela qual, deve tal assunto merecer das nossas autoridades maior empenho, através de medidas efetivas na sua decisão em benefício do nosso Povo, a exemplo do que já vem sendo realizado em outras áreas da administração pública tais como, o "Mutirão contra a violência".

O Direito do Trabalho é mais que esperança de justiça social, é uma realidade duramente conquistada pelos brasileiros, assim a sistemática não poderia ser fria e imutável, pela própria natureza da matéria, mas presença viva e atuante, em permanente elaboração, adequada à experiência histórico-jurídico que é variável.

Considerando que, em relação ao número de processos trabalhistas encaminhados às Regionais do Ministério do Trabalho, que não lograram ganho de causa por parte dos trabalhadores, poucos chegam ao Tribunal Superior do Trabalho;

Considerando que muitas causas são perdidas antes da decisão do T.S.T., pela mudança de situação do empregados, como falência da empresa ou outros procedimen-

tos, e, acabam por lesar o trabalhador;

Apelamos a Vossas Excelências, sejam determinadas as providências sugeridas, atendendo às expectativas de tantos brasileiros que esperam, à luz da Nova República, o resgate da sua dignidade de trabalhador através das deliberações da Justiça do Trabalho.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a construção de módulos policiais na Municipalidade de Peabiru.

A Administração Municipal, dentro das suas metas prioritárias, vem implementando uma série de medidas visando oferecer à população peabiruense maior segurança e tranquilidade. Para tanto, é imprescindível a construção de pelo menos dois módulos policiais, afim de permitir um trabalho de proteção mais adequado.

Neste sentido, face à insuficiência de recursos orçamentários, acatando iniciativa do Excelentíssimo Senhor Nelson Proença, Prefeito, que essa Pasta, dentro das possibilidades, auxilie na concretização do que ora é proposto, garantindo recursos financeiros para tal.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) RUBENS BUENO

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 197/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 129, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná, passa a vigor acrescido do seguinte inciso:

"Art. 129 - Completar-se-á, para todos os efeitos legais:

I - .....  
II - .....  
III - O período de exercício de advocacia, até o máximo de dez (10) anos mediante comprovação de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(aa) JORGE MAIA FILHO

GILBERTO CARVALHO e

ANIBAL KHURY



## JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei estamos propondo a contagem de tempo para todos os efeitos legais, de efetivo exercício da advocacia tendo em vista que, o mister do advogado sempre foi e será de um auxiliar da justiça, e conseqüentemente como mediador, um prestador de relevante serviço público, o qual não poderá ser desconsiderado para efeitos de contagem de tempo, como já ocorre em outras categorias de servidores público do Estado.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 198/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos da Região Metropolitana de Curitiba, com sede e foro a Rua Garibaldi, 62 - Nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

PROJETO DE LEI N. 199/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Padre José de Almeida Penalva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

## JUSTIFICATIVA:

A entrega de Título de Cidadão Paranaense ao Padre José de Almeida Penalva, vem reconhecer dois fatos de grande relevo na história de nosso Estado. Ao mesmo tempo em que se busca premiar a atuação eminentemente humanística do pastor de almas - com presença marcante nas áreas cultural e pedagógica - homenageia-se concomitantemente a Congregação Mariana da venerável Paróquia Coração de Maria, que, à frente de sua diretoria, a figura honrada e amada do Padre Penalva. Este paulista oriundo de Campinas, tão logo recebeu a sua ordenação sacerdotal, deu início à uma vida integralmente dedicada à educação, fazendo do magistério, um instrumento de evangelização, formação filosófica e artística.

Como professor de Filosofia, História da Civilização, Teologia Dogmática, matéria pela qual defendeu tese de doutoramento em Roma, tendo inclusive recebido o título de Doutor pela Universidade Gregoria-

na, desenvolveu o Padre Penalva intenso e profícuo trabalho de enriquecimento cultural para o Paraná em seus 39 anos de presença ininterrupta nestas terras, tanto na formação de uma verdadeira plêiade em recursos humanos quanto na criação de lídima lideranças comunitárias, que vêm, por sua vez, transmitindo valores e conhecimento através de gerações. Homem profundamente ligado às artes, foi fundador e Presidente da pró-música, entidade da qual, hoje, é sócio honorário, Vice-Presidente da Sociedade de Música Contemporânea e membro integrante da Sociedade de Musicologia Brasileira. Tem marcante atuação como Diretor Espiritual do Movimento de Casais e como examinador canônico de todos os candidatos ao sacerdócio na Arquidiocese de Curitiba, vem prestando importante trabalho de adequação aos tempos novos que ora vive a sociedade paranaense. Fundador e Pároco da Paróquia de Santa Efigênia, tem se dedicado à organização comunitária e orientação religiosa de seus paroquianos, incentivando-os à conquista de sua cidadania. Compositor de alcance nacional e reconhecido escritor, o título de Cidadão Paranaense à tão ilustre figura humana abrange a cultura e à fé dos cidadãos deste Estado, reconhecidos, tanto um como outro, a nível nacional.

PROJETO DE LEI N. 200/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, com divisas do atual Distrito Municipal de Maria Helena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(aa) NELSON VASCONCELLOS e  
ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI N. 201/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Ao funcionário público estadual inativo, que tenha ocupado por período superior a um (1) ano, cargo de sub-diretor em órgão da administração direta ou indireta do Estado, ficam assegurados, na aposentadoria, proventos equivalentes aos atuais cargos de provimento em comissão de símbolo D.A.S. 5, sem prejuízos das vantagens anteriormente adquiridas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/86.

(a) ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente. Não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

Inicialmente, a Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. Concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem, usei desta tribuna para denunciar violências cometidas no Estado do Paraná e no Brasil, contra os pequenos proprietários agrícolas e contra a classe trabalhadora brasileira.

Tenho sido, neste Parlamento, um permanente defensor das questões ecológicas sofridas e vividas pelo nosso Estado. Desejo e sonho para o amanhã paranaense, um Paraná ambientalmente reorganizado, ambientalmente respeitado, um Paraná onde a natureza seja como irmã e com ela possamos conviver harmoniosamente.

Venho hoje a esta tribuna para denunciar a insensibilidade do prefeito de Piraquara e do IBDF que autorizou àquela Prefeitura a derrubada de cento e cinqüenta pinheiros portugueses, árvore exótica na região de Pinhais, sem nenhuma finalidade precípua e sem nenhum respeito aos moradores da região de Pinhais que, ao abrirem as suas portas no amanhecer do dia, as únicas árvores que cercavam o Conjunto Atuba estavam derrubadas por ignorância, por insensibilidade com a desumanidade praticada contra a natureza. O IBDF tem tido no Brasil, uma trajetória de desrespeito à natureza e o ITCF paranaense, ele pelo menos deveria ter sido notificado e não o foi, porque ainda é no ITCF, que encontramos pessoas com a sensibilidade necessária para cuidar dos problemas da natureza paranaense.

Quando na jornada do falecido Presidente Tancredo Neves, pedi a ele, em Curitiba, que fizesse uma transformação no IBDF, que em vez de ajudar a preservar e a respeitar a lei, só tem tido, isto sim, uma trajetória permanente de desrespeito à natureza, às pessoas e à lei.

É necessário que na Assembléia Nacional Constituinte, nós possamos modificar esse desrespeito permanente às legislações existentes e, mais ainda, implantarmos, definitivamente, o respeito à pessoa huma-

na. Uma punição deveria haver. O Código Penal que proíbe tantas coisas, que pune outras tantas, não tem força alguma; não existe nenhuma lei neste País para pôr na cadeia quem mata cento e cinqüenta vidas arboríficas.

O protesto pode ser fútil, pode ser vão para alguns, mas eu quero deixar plantado que este protesto haverá de ser sempre erguido e levantado, quando se desrespeita a natureza num Paraná que ontem tinha 85% de cobertura florestal e hoje, por infelicidade e para a infelicidade de todos nós, não possui sequer 10% de cobertura florestal. Está o Noroeste erodido, está o Noroeste também sem cobertura florestal. É este Paraná devastado e explorado pelos picaretas da madeira, que acham que o lucro e o tilintar das moedas soa mais harmoniosamente aos seus ouvidos do que um trinar dos passarinhos.

Senhor Presidente, o ato do IBDF e da Prefeitura de Piraquara, do Sr. Prefeito Alceu Zialonca é bom que fique registrado: é uma agressão à natureza de um crime praticado contra os moradores da região de Pinhais e contra, principalmente a um pessoal que não tendo sequer um parque de lazer, um parque de diversão, onde as suas crianças pudessem brincar, onde pudessem desenvolver alguma espécie de lazer. As sombras que tinham, não eram a do poder federal, nem do poder estadual, nem do poder municipal; as sombras que possuíam era das árvores que foram derrubadas para fazer cento e cinqüenta metros cúbicos de lenha.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Esta Mesa indaga à Liderança do Partido da Frente Liberal se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PMDB. Com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas, rapidamente, ao usar da tribuna, em primeiro lugar quero fazer eco ao pronunciamento do Deputado Osvaldo Alencar, ao abordar o assunto do Município de Piraquara.

Indiscutivelmente, a região metropolitana, nas últimas eleições, foi praticamente infelicitada pela eleição de prefeitos, sem o mínimo compromisso popular.

E, no caso específico de Piraquara, ainda que se abrigue na legenda do PMDB, apenas se esconde na legenda do PMDB, o Prefeito de Piraquara se mostrou não apenas descompromissado com a população do

município, mas se demonstrou, acima de tudo, um Prefeito altamente desonesto para com o eleitorado de Piraquara, para com a vida de Piraquara, para com o programa do PMDB.

Em segundo lugar, gostaria de cumprimentar os alunos da Faculdade de Direito Federal, meus ex-colegas de faculdade, que hoje fazem estágio neste Parlamento, às vezes até se chocando por acompanharem um número tão pequeno e inexpressivo de Deputados nas sessões. Poderíamos justificar até que o ano eleitoral tem feito com que os Srs. Deputados possam estar em suas bases, possam estar trabalhando em suas reeleições, trabalhando em suas candidaturas.

Mas, a vida parlamentar brasileira tem sido, a longo dos últimos anos, desta mesma maneira. Há um desinteresse muito grande. Por isso mesmo, é que a classe política brasileira esteve submissa ao longo de tantos anos aos homens que estavam no Poder, de 1964 até 1985.

Mais ainda, os velhos vícios da Velha República não foram completamente banidos deste País. E os velhos políticos, acostumados também com os vícios da Velha República, não foram completamente banidos deste País. E os velhos políticos, acostumados também com os vícios da Velha República, não aprenderam as lições que hoje temos que dar à nossa juventude.

Tenho certeza que os alunos da Faculdade de Direito saberão aproveitar, e muito bem, este estágio; tirarão um aprendizado muito grande; tirarão as críticas que poderão fazer a este Parlamento. Porque tenho certeza que aqui estão os vereadores, os prefeitos e os deputados de amanhã. Aqui estão os grandes advogados que este País precisa. Este País que já foi chamado de "República dos Bacharéis".

O Sr. Edgard Pimentel - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Neste aparte que Vossa Excelência me concede, gostaria de associar-me e dar as boas-vindas a esta plêiade de estudantes do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, que aqui comparece, e vêm a este Poder colher informações, colher experiências para o seu aprendizado.

Apenas, nobre Deputado Nestor Baptista, creio que Vossa Excelência, ao ocupar este espaço como Líder da Bancada do Governo, presta uma justa homenagem a estes estudantes que aqui vêm. Nós, que nos consideramos eternos estudantes, reforçamos nossos cumprimentos a todos eles, manifestando a nossa alegria pessoal de tê-los conosco.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradeço o aparte,

e gostaria de lembrar aos nobres estudantes que aqui se encontram, que quando cursávamos esta Faculdade de Direito em 1969, era completamente proibido se falar em partido político, era terminantemente proibido se falar em política, ou mesmo, algum envolvimento com a política. As coisas realmente começaram a mudar no Paraná e no Brasil. Ao assumir o Governo do Estado, José Richa deu uma grande autonomia que já deveria existir no Poder Legislativo. E aqui, ainda com o nosso Presidente da época, Deputado Trajano Bastos, começamos os estágios para os alunos das diversas Faculdades do Estado do Paraná.

O era proibido ontem, é hoje um direito conquistado pela classe estudantil. É um direito da população do Paraná discutir permanentemente política. Somente através da política o ensino deste País ainda será gratuito para todos! Somente através da discussão política teremos uma verdadeira Assembléia Nacional Constituinte, que vai transformar a vida deste País.

Somente através da discussão política da população brasileira terá o acesso à moradia, ao transporte barato, à habitação e à saúde, tão necessários nos dias de hoje. Terá acesso, enfim, à Justiça social. As coisas estão mudando. Eu sei que falta muito ainda para que o Brasil atinja o seu objetivo democrático, mas graças às aberturas dadas pelo PMDB, nós estamos a caminho.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Nestor

Baptista, nós o apartamos neste momento para nos somarmos às considerações que Vossa Excelência faz da tribuna, em nome da Bancada do PMDB, e realmente, as considerações feitas no final, por Vossa Excelência, são muito oportunas, porque nos recordamos dos tempos em que a liderança estudantil era, não só a nível de faculdade, mas desde os tempos de ginásio, principalmente ao tempo em que, residindo na Casa do Estudante Universitário do Paraná, lá ocupamos a Vice-Presidência e posteriormente, a Presidência da Casa, e já nos interessávamos pela política partidária.

O Deputado Adhail Sprenger Passos e Vossa Excelência mesmo, são testemunhas disso, e infelizmente, àquela época, não podíamos ter a oportunidade e não tínhamos as condições que hoje são oferecidas por este Parlamento. Se naquela ocasião quiséssemos fazer algum curso de extensão política, o único que era oferecido era em Brasília, e olha lá, para se conseguir uma vaga.

Hoje, a Assembléia Legislativa, nesta legislatura, como disse Vossa Excelência,

quando presidida pelo Deputado Trajano Bastos, fez implantar esses estágios a diversos estudantes de Curitiba e do Estado do Paraná.

Portanto, há que se trazer para discussão e para conhecimento de todos nós, que os tempos realmente estão mudando, e é por esta razão que a gente, muitas vezes, fica constrangido quando vemos e assistimos, sem querer cercear o direito à liberdade, deste ou daquele indivíduo. Mas a gente ver estudantes, gente jovem apoiando pessoas que no passado realmente cercearam todo tipo de liberdade, todo tipo de iniciativa da juventude, que éramos e que ainda somos.

Tenho essa experiência vivida nos anos de 1970, e é por isso que eu tinha que apartear-lo e enaltecer seu pronunciamento, enaltecer a Assembléia Legislativa e esses jovens que estão aqui hoje, fazendo aquilo que nós gostaríamos de ter feito já nos idos de 1975, 76, e que fomos - de certa forma até - impedidos de fazer.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Concedo o aparte ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Gostaria de associar-me, em nome da Bancada do PDT, a essa justa homenagem que Vossa Excelência presta à classe estudantil do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Também fui aluno daquela universidade e desta mesma Escola de Direito, quando freqüentei o último ano do curso seriado da Universidade Federal do Paraná.

Vestibulando de 1971, convivi com os paredões daquela Universidade, e sofremos, realmente, o cerceamento imposto pela Ditadura às nossas lides políticas, estudantis e partidárias.

Vivemos e sofremos, inclusive coação da tentativa de nos fazer impedir ou pretenderem que pedíssemos silêncio político para podermos ter direito a uma matrícula na Universidade Federal do Paraná; silêncio político esse, que seria fornecido através de um atestado da DOPS.

Logicamente que não requeremos este silêncio político, e logicamente que não nos calamos.

Hoje, continuamos a militar politicamente, no Partido Democrático Trabalhista - PDT, que avança para um socialismo democrático e que pretende, na realidade, implantar neste País uma justiça social.

Dizia muito bem Sua Excelência, o Deputado Orlando Pessuti: "Aí estão os dirigentes de amanhã. São homens hoje e serão homens mais experientes amanhã".

Gostaria de, ao homenagear esta juventude, dizer-lhe que não aceito esta colo-

cação de homem de amanhã; o dirigente de amanhã. Porque você hoje é participante da direção deste Estado, do seu município e da Nação brasileira. E o será mais ainda quando puder votar para Presidente da República.

Então, você não é o homem de amanhã, você é hoje um homem e será talvez amanhã um homem com mais experiência. Esta é uma pecha da velharia conservadora que pretende alijar o jovem da participação mais efetiva da vida pública brasileira. Então, na minha saudação, deixo esta homenagem à juventude brasileira, que é homem hoje e será, com certeza, homem amanhã, com um pouco mais de experiência.

Muito obrigado.


O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) O horário de Vossa Excelência está terminando, mas concedemos um minuto para que conclua a sua oração, Sr. Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Termino, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo um apelo à classe estudantil brasileira, já que estamos neste 1986, prestes à eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Um apelo para que esta classe não deixe um minuto sequer de discutir a importância, o significado desta Assembléia Nacional Constituinte, por entender que apenas com uma nova Constituição, esse Brasil deixará de lado, definitivamente, a Velha República, e estará trilhando o caminho da democracia, tão almejado pela população brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Terminado o Horário das Lideranças, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

 ORDEM DO DIA,  
com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Jorge Maia Filho, Gilberto Carvalho e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À

Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 145/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO MADRE RAFAELA YBARRA, com sede e foro no Município de Marialva. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 188/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA INDEPENDÊNCIA, com sede e foro em Cornélio Procopio. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 52/86, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 44/86), que objetiva introduzir alteração à lei n. 7827, de 29/12/83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade, e com Parecer e Emenda Favoráveis da C.A., por unanimidade. - Em Regime de Urgência. -

Em votação a emenda. - Aprovada.

Em votação o projeto. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 76/86, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO AZUL DE PESQUISAS E ESTUDOS DA MENTE, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 79/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe que as propagandas ou publicidades produzidas ou veiculadas pela Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, deverão ter, obrigatoriamente, a contratação de artistas paranaenses, quando necessário seu uso, no percentual de 80% (oitenta por cento) no mínimo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 88/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA LUZ E VERDADE, conforme específica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 39/86, de autoria do Deputado DIRCEU MAN-

FRINATO, que concede o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor ÂNGELO PLANAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. n. 15, de 04.03.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 39/86

PARECER:

O nobre Deputado Dirceu Manfrinato vem apresentar o projeto de lei que tem como objetivo conceder título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Ângelo Planas.

Não havendo impedimento legal ou constitucional que prejudique a normal tramitação da matéria, e podendo se depreender da justificativa anexa que o referido cidadão se faz merecedor da homenagem, pronunciamos-nos favoravelmente à aprovação da proposição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 84/86, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ", com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no DA. n. 33, de 28.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 84/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Nobre Deputado Gilberto Carvalho tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Assistência aos Trabalhadores Rurais de Barbosa Ferraz", com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT  
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 109/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTÔNIA", com sede e foro no Município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no DA. n. 45, de 15.05.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 109/86

..PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altônia", com sede e foro no Município de Altônia.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.86

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 136/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina "GUATAÇARA BORBA CARNEIRO", a Rodovia Estadual PR- 340, que liga o Município de Castro ao Município de Tibagi. Aprovado. (Publicado no DA. n.65, de 19.06.86).

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor José Pascoal de Paula, ocorrido no dia 27 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hécio Ajus, ocorrido no dia 27 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo fa-

lecimento do Senhor Pedro Gurgacz, ocorrido no dia 23 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 108/85, que declara de utilidade pública o Centro Monte Horebe. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de saudades ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas, pela passagem do 32º aniversário de seu falecimento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo o envio de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, para que sejam estendidas as vantagens da Lei n 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos Sub-oficiais e Sargentos Especialistas da Aeronáutica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, à Rádio Goioerê, pela passagem de seu 23º aniversário de existência. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando a revisão das instalações elétricas da Escola Estadual polivalente - Ensino de 1º Grau, do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de módulos policiais, no Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Justiça, do Trabalho e Líderes das Bancadas do Congresso Nacional, encarecendo providências urgentes para decisão das causas trabalhistas acumuladas no Tribunal Superior do Trabalho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de louvor a Senhora Maria do Carmo Cavalcanti Fortes, pelo lançamento do livro "Tenório - O Homem e o Mito."

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente encarecendo informações quanto ao contido no Protocolado sob n. 58.881, de 23.04.86, com referência à homenagem ao Deputado constituinte Alfredo Pinheiro Júnior, autor de disposição constitucional no sentido de que fosse construído um teatro oficial nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Geral do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo a transferência para o Município de Telêmaco Borba, do atendimento feito por aquele Departamento, ao Município de Ortigueira, que atualmente é realizado através do Município de Faxinal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta presidência comunica que, em seguida, haverá no Plenário uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, a fim

de que os Senhores Deputados tomem ciência e estejam presentes os membros desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira dia 28, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 39/86, 84/86, 109/86 e 136/86.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos projetos de Lei ns. 116/86, 120/86 e 138/86.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 41/86, 44/86, 45/86 e 46/86.

Levanta-se a sessão.